

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os Planos Municipais para a Igualdade de Género (P.M.I.G) encerram em si um compromisso político com a promoção da igualdade e com a melhoria da qualidade de vida de todos/as os/as cidadãos/ãs.

Citando o Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens (2003), diríamos que é “um instrumento de política global que estabelece a estratégia de transformação das relações sociais entre homens e mulheres, fixando objetivos a curto, médio e longo prazo, bem como as metas a alcançar em cada momento da sua aplicação e que define os recursos mobilizáveis e os responsáveis para a sua prossecução”.

As políticas atinentes à promoção da igualdade de género encontram-se, em especial a nível local, a progredir a um ritmo demasiado lento. Tal facto, só contribui para adensar a necessidade da existência de um documento estratégico que aprofunde os caminhos prioritários a serem trilhados e que funcione como alavanca da promoção de coesão social e ferramenta de redução do nível de desigualdades no nosso território.

Ademais, a existência de um PMIG justifica-se também pela crescente responsabilidade que os Municípios têm vindo a assumir nos mais variados campos que vão desde a cultura à educação, passando pela economia local. Assim, urge não esquecer este papel formador das autarquias locais que, de forma direta ou indireta, devem ter um papel ativo na promoção de valores como a igualdade na sociedade. Só assim poderá ser possível obter avanços civilizacionais relevantes, vencer estereótipos de género e combater a desigualdade e a discriminação.

Por fim, mas não menos importante, a existência de um PMIG erige-se em verdadeiro garante de que as políticas de igualdade de género, e as que com elas se correlacionam, são discutidas e aplicadas transversalmente na nossa sociedade, acabando-se com a ideia, também ela preconceituosa, de que esta não é uma matéria de política local.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo

Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir à Câmara Municipal, as seguintes questões:

1. Possui a autarquia um Plano Municipal para a Igualdade de Género aprovado? Qual a data da sua aprovação?
2. Existindo Plano Municipal para a Igualdade de Género, qual a data da sua última revisão?
3. Existe no município algum gabinete de apoio, informação e encaminhamento direcionado às áreas da igualdade de género e à área dos direitos lgbti?
4. Não existindo Plano Municipal para a Igualdade de Género, qual o motivo?

Palácio de São Bento, 21 de agosto de 2018

Deputado(a)s

SANDRA CUNHA(BE)

JOÃO VASCONCELOS(BE)